



36565648



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 25/06/2026	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Manoel do Bomfim Borges Teixeira de Matos	GM
Ademar Borges de Souza Filho	SE
Marcos Paulo Hiath da Silva	OUV
Pedro Henrique de Moraes Cicero	SAJU
Paulo Eduardo Garrido Modesto	SAL
Victor Oliveira Fernandes	SEDIGI
Renata Ruback Guedes Pereira dos Santos	SENACON
João Carlos Laboissière Ambrósio	SENAD
Vanessa Luz	SENAPPEN
Alberto Raposo Neto	PRF
Hugo Vecchiato	CADE
Adenisio Álvaro Oliveira de Souza	AECI
Márcio de Freitas Mozini	SAA
David de Lima Freitas	SPO
Marcio Bruno Rios Diniz	SENASP
Raphael Baggio de Luca	PF
Esdras Henrique Spagnol	CONJUR
Miriam Wimmer	ANPD
Marcelo Stopanovski	SENAJUS
Solange Berto de Medeiros	STI
Victor Neves Feitosa Campos	ASINT
Tiago Silva de Freitas	ASPAD

PAUTA:

1. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;
2. Planejamento e Orçamento;
3. Apresentação do painel de monitoramento do Programa Brasil contra o Crime Organizado;
4. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2024-2027 – PRF e Senajus;
5. Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE;
6. Informes e encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Sr. Ademar Borges realizou a abertura da reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE destacando os avanços obtidos desde o encontro anterior, especialmente o fortalecimento da governança e da qualidade das informações estratégicas do Ministério. Ressaltou a contribuição da Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen e demais secretarias na consolidação dos dados institucionais que compõem o Programa Brasil Contra o Crime Organizado - BCCO, bem como reconheceu o desempenho da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL nas articulações junto ao Congresso Nacional. Destacou ainda a atuação conjunta da Secretaria-Executiva - SE, da Secretaria Nacional de Direitos Digitais - Sedigi e da Consultoria Jurídica - Conjur na elaboração da minuta de decreto relacionada ao enfrentamento das bets ilegais, permitindo ao Governo Federal implementar mecanismos de bloqueio financeiro dessas atividades ilícitas. Também registrou os resultados alcançados pelas operações Mute e Modo Avião, conduzidas pela Senappen, os avanços da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad em suas entregas relacionadas ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, prevenção às drogas e população em situação de rua, além da nova etapa do programa Celular Seguro, desenvolvida com apoio da SE, Senasp e a Conjur.
2. Dando continuidade à pauta, o Secretário-Executivo apresentou o panorama da execução orçamentária de 2026, informando que, desde a última reunião do Comitê, em maio, houve aumento significativo no nível de empenho das unidades. Destacou, contudo, que algumas secretarias ainda apresentam percentuais de execução inferiores ao esperado e reforçou a necessidade de revisão permanente dos planejamentos internos para assegurar a utilização dos recursos disponíveis. Nesse contexto, reiterou o pedido para que todas as unidades realizem uma análise crítica de seus planos de execução, identificando eventuais dificuldades e promovendo, quando necessário, a reprogramação ou realocação de recursos dentro da janela disponível para ajustes orçamentários. Informou ainda que a Secretaria-Executiva e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento permanecem à disposição das unidades para apoiar a superação de entraves operacionais e garantir a elevação dos índices de empenho e execução.
3. Dando prosseguimento à pauta, o Secretário-Executivo apresentou o novo painel de monitoramento do Programa Brasil contra o Crime Organizado - BCCO, desenvolvido para consolidar informações orçamentárias, financeiras e operacionais do programa. Demonstrou as funcionalidades do sistema, incluindo acompanhamento da execução por eixo estratégico, unidade responsável, objeto de investimento, entregas previstas, calendário de execução, distribuição territorial dos recursos e resultados operacionais. Ressaltou que o sistema permitirá consultas detalhadas, geração de relatórios, extração de dados estruturados e acompanhamento das entregas do ministério. Destacou ainda a importância da qualidade das informações fornecidas pelas unidades, especialmente quanto ao preenchimento das datas previstas de entrega, fundamentais para o planejamento institucional e acompanhamento pelo Gabinete do Ministro.
4. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, complementou a apresentação destacando que a Casa Civil tem intensificado o monitoramento do Programa Brasil contra o Crime

Organizado, realizando reuniões frequentes para acompanhamento individualizado das entregas pactuadas. Ressaltou a necessidade de atualização permanente do painel de monitoramento do BCCO pelas unidades. Informou ainda que os indicadores estratégicos do Programa BCCO encontram-se estruturados e deverão ser incorporados ao painel nos próximos dias, permitindo o monitoramento das metas estabelecidas.

5. Dando sequência à pauta, a Sra. Daniela Ferrete da PRF apresentou o Projeto Mapear 2.0, iniciativa voltada ao enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - ESCA nas rodovias federais. Foi informado que o projeto, desenvolvido desde 2003 em parceria com a *Childhood* Brasil, realiza o mapeamento, classificação e monitoramento de pontos de vulnerabilidade nas rodovias federais, subsidiando ações preventivas, educativas, fiscalizatórias e de resgate. Foram apresentados os resultados do biênio 2025-2026, período em que foram mapeados 13.758 pontos em todo o país, dos quais 452 foram classificados como críticos, representando redução significativa em comparação às edições anteriores. Também foram destacados os resultados da Operação Domiduca, com 86 ações nacionais, fiscalização de mais de 16 mil pontos e o resgate de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo vítimas de exploração sexual. A PRF informou ainda que a nova metodologia do Mapear 2.0 aperfeiçoa os instrumentos de coleta e análise das informações e permitirá sua expansão para outros órgãos de segurança pública.
6. Complementando a apresentação, o Diretor-Geral Substituto da PRF, Sr. Alberto Raposo Neto, informou que a revisão metodológica do Projeto Mapear foi concebida para possibilitar sua replicação pelas polícias estaduais, considerando a similaridade entre a atuação nas rodovias federais e estaduais. Destacou que a PRF pretende atuar como referência para as demais instituições interessadas, em articulação com a Senasp e com os secretários estaduais de segurança pública. Em seguida, o Secretário-Executivo parabenizou a iniciativa, determinando o encaminhamento de ações para ampliar sua divulgação institucional, em articulação com a Assessoria de Comunicação, bem como sua inclusão na pauta de futuros encontros com os secretários estaduais de segurança pública.
7. Na sequência, o Coordenador-Geral de Segurança Viária da PRF, Sr. Stenio Pires, apresentou o indicador estratégico de redução da mortalidade nas rodovias federais, destacando que a instituição trabalha para reduzir em 50% o número de mortes até 2030, em consonância com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS e com a Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU. Foram apresentados os resultados recentes do indicador, que ainda permanecem acima das metas estabelecidas, embora tenham registrado redução no número absoluto de mortes em 2025 em comparação com o ano anterior. O Coordenador detalhou as principais iniciativas em desenvolvimento, com destaque para: i) utilização de inteligência artificial na fiscalização das rodovias, incluindo sistemas de monitoramento de condutas de risco; ii) controle do cumprimento da Lei do Descanso por motoristas profissionais; iii) identificação de excesso de peso em veículos de carga; iv) fiscalização do transporte interestadual de passageiros; v) ajuste dinâmico de limites de velocidade; vi) reconhecimento inteligente de veículos; e vii) desenvolvimento de soluções preditivas para orientar o patrulhamento operacional e apoiar as atividades dos policiais rodoviários federais. O Coordenador-Geral destacou ainda as parcerias com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT para o combate ao transporte clandestino de passageiros e com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT para implantação de mecanismos de ajuste dinâmico dos limites de velocidade conforme as condições das rodovias federais.
8. Dando continuidade à pauta, o representante da Senajus, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Sr. Marcelo Stopanovski, apresentou o andamento de duas iniciativas da Secretaria. Inicialmente, foi destacado o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, iniciativa com mais de vinte anos de funcionamento, voltada à qualificação de agentes públicos e ao fortalecimento da cooperação entre instituições. Foi informado que, somente no primeiro semestre de 2026, mais de dois mil agentes participaram de doze rodadas de capacitação, envolvendo diversos órgãos parceiros e abordando temas relacionados à lavagem de dinheiro, cooperação jurídica internacional, criptoativos, crimes ambientais e outras tipologias criminosas. Em seguida, foi apresentada a evolução da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - Rede-Lab,

composta pelos Ministérios Públicos, Polícias Cíveis e diversos órgãos parceiros, entre eles Polícia Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Destacou-se que, no âmbito do Programa Brasil contra o Crime Organizado, foi estruturada uma unidade estratégica voltada à inovação em recuperação de ativos, baseada em metodologias interinstitucionais, inteligência artificial e processamento de grandes volumes de dados. Foram apresentados os estudos em andamento para implementação das primeiras ações civis de perdimento de bens vinculados a organizações criminosas ultraviolentas, bem como o desenvolvimento de soluções tecnológicas em parceria com a Universidade de Brasília para anonimização de dados, análise automatizada de informações, representação do conhecimento e automação de procedimentos relacionados à recuperação de ativos.

9. Durante o debate, representante da Polícia Federal solicitou que a instituição participe formalmente da construção da metodologia relacionada às ações civis de perdimento, considerando seus impactos sobre as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado - FICCOs, especialmente quanto à cadeia de custódia, à integração entre as esferas cível e criminal e aos procedimentos investigativos.
10. Em seguida, o representante da Conjur, Consultor Jurídico Substituto, Sr. Esdras Spagnol, solicitou a inclusão formal da Conjur nas discussões relacionadas à ação civil de perdimento, ressaltando que a futura judicialização dependerá da atuação integrada entre a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da União e a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
11. Na sequência, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, alertou para a necessidade de regulamentação decorrente da aprovação do Projeto de Lei Antifacção, destacando a importância da parametrização de códigos de arrecadação, serviços e procedimentos administrativos necessários ao ingresso de novas receitas na Conta Única da União. Solicitou que Senad, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Senasp acompanhem o tema para assegurar a plena implementação dos novos instrumentos legais. O Secretário-Executivo informou que a Secretaria-Executiva encaminhará orientação específica às unidades sobre o assunto.
12. Dando continuidade à pauta, o Secretário-Executivo comunicou que todas as unidades encaminharam suas propostas de revisão do Planejamento Estratégico dentro do prazo estabelecido, permanecendo em andamento a fase de consolidação e de análise técnica das sugestões apresentadas. Informou que a validação da revisão estratégica deverá ocorrer na próxima reunião do Comitê, destacando a importância do alinhamento entre os objetivos estratégicos do Ministério e as prioridades institucionais atualmente estabelecidas.
13. Durante os informes gerais, o Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, Sr. Paulo Modesto, convidou os membros do Comitê para o evento de retomada do Programa Pensando Direito, marcado para o dia 1º de julho de 2026, destacando que a iniciativa retoma, após dez anos, a publicação de pesquisas voltadas ao aperfeiçoamento da atividade legislativa do Ministério. Informou que o primeiro volume abordará organizações criminosas e que novos estudos já estão em desenvolvimento nas áreas de drogas e criminalidade.
14. Na sequência, a Corregedora-Geral, Sra. Ana Helena de Oliveira Pessoa, convidou os participantes para evento conjunto promovido pela Corregedoria e pela Consultoria Jurídica, no dia 6 de julho de 2026, destinado a orientar os servidores sobre as regras aplicáveis ao período de defeso eleitoral, com transmissão também pela plataforma Teams. Complementando as informações, o representante da Conjur destacou que o evento contará com participação de especialistas da Advocacia-Geral da União e será oportunidade para esclarecimento de dúvidas práticas sobre a legislação eleitoral aplicável às atividades do Ministério.
15. O representante da Ouvidoria-Geral informou que está em fase final de aprovação, orientação específica voltada ao tratamento de pedidos formulados com base na Lei de Acesso à Informação durante o período de defeso eleitoral. Explicou que a proposta prevê o aumento do nível decisório para assinatura das respostas aos recursos administrativos, com participação obrigatória de diretores e secretários das respectivas áreas, buscando reforçar a segurança institucional e o controle das informações divulgadas. Solicitou especial atenção das unidades quanto ao cumprimento dos prazos legais de resposta.

16. Após os encaminhamentos, o Secretário-Executivo reforçou a importância dos avisos apresentados pela Corregedoria, Conjur e Ouvidoria, ressaltando a necessidade de especial atenção ao período de defeso eleitoral e ao adequado tratamento das informações públicas. Destacou novamente que a expansão do modelo de governança e de transparência desenvolvido no âmbito do Programa Brasil contra o Crime Organizado representa prioridade institucional para o Ministério, e que a Secretaria-Executiva realizará, nas semanas seguintes, reuniões técnicas com todas as unidades para viabilizar sua implementação. Encerrando a reunião, o Secretário-Executivo agradeceu a participação de todos os presentes e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 07/08/2026, às 16:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo Hiath da Silva, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Substituto(a)**, em 10/08/2026, às 17:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Garrido Modesto, Secretário(a) Nacional de Assuntos Legislativos**, em 11/08/2026, às 18:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Wimmer, Usuário Externo**, em 13/08/2026, às 16:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Freitas Mozini, Subsecretário(a) de Administração - Substituto(a)**, em 17/08/2026, às 14:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 19/08/2026, às 14:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Oliveira Fernandes, Secretário(a) Nacional de Direitos Digitais**, em 20/08/2026, às 10:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Ruback Guedes Pereira dos Santos, Diretor(a) do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos**, em 21/08/2026, às 15:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Borges de Sousa Filho, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 25/08/2026, às 10:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO RAPOSO NETO, Usuário Externo**, em 28/08/2026, às 10:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel do Bonfim Borges Teixeira de Matos, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 31/08/2026, às 09:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **36565648** e o código CRC **9B68C179**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.